

Portugal está há três meses sob ataque de hackers estrangeiros

Incursoão de piratas informáticos na Vodafone deixou áreas sensíveis do Estado sem comunicações

Especialistas classificam ações dos últimos dias como “atos de guerra”, com objetivo de paralisar o país [P.4 e 5](#)

País alvo de sabotagem informática há 3 meses

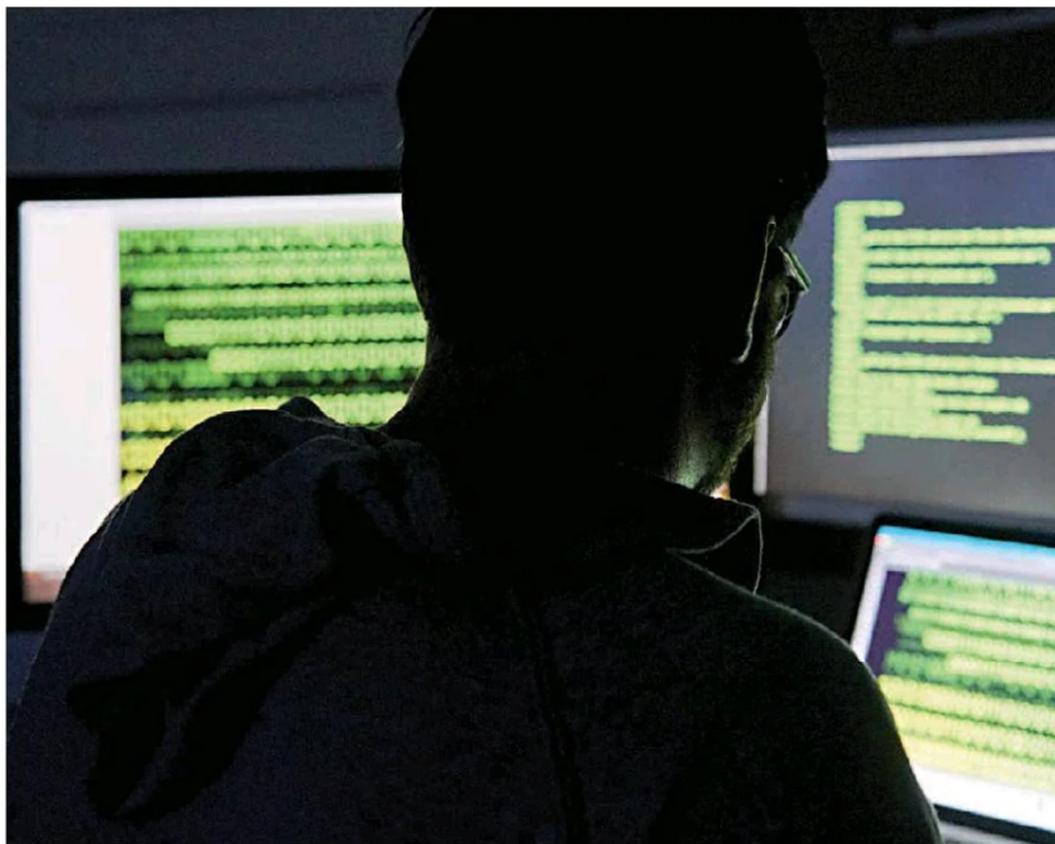
Piratas estão a destruir dados em massa para criar caos. Golpe contra a Vodafone deixou até o Sistema de Segurança Interna sem comunicações

Alexandre Panda
alexandre.panda@jn.pt

INVESTIGAÇÃO O padrão dos ataques informáticos que se registam em Portugal desde dezembro tem sido o mesmo: sabotagem, com o único objetivo de destruir dados. Ao contrário dos atos de pirataria registados até então, em que os hackers anunciam um objetivo lucrativo com pedidos de resgate ou roubo de dados sensíveis para os vender, os ataques à Vodafone e aos grupos de média Impresa e Cofina destacam-se pela eliminação sistemática de informação e paralisação de serviços. Esta persistência em atingir alvos portugueses, assim como as semelhanças entre os ataques, levam os especialistas em cibersegurança a acreditar que Portugal está a ser alvo de um ataque orquestrado, sem precedentes e que não será perpetrado por piratas nacionais. Ainda ontem, áreas sensíveis do Estado, como o Sistema de Segurança Interna, foram afetados pelo “apagão” da Vodafone. O caso está a ser investigado pela Polícia Judiciária e pelo Centro Nacional de Cibersegurança.

Ainda é cedo para conclusões definitivas, mas os indícios apontam para uma estratégia que consiste em sabotar o funcionamento de áreas sensíveis e mediáticas. Os danos colaterais provocados pelo ataque informático à Vodafone levam a acreditar que a operadora foi um veículo para um propósito bem maior: mostrar que os piratas informáticos são capazes de afetar o funcionamento de um país. INEM, bombeiros, bancos, distribuição de bens, empresas, Comunicação Social, vários setores do Estado e milhões de cidadãos sofreram com o ataque.

Há vários anos que o próprio Relatório Anual de Segurança Interna (RA-SI) alerta para as ameaças cibernéticas a que Portugal, por estar integrado em organizações internacionais como a União Europeia ou a NATO,



está sujeito. “Para além de ações encobertas de recolha de informação privilegiada/classificada protagonizada por estados que prosseguem interesses hostis às opções estratégicas da política interna e externa portuguesa, à estabilidade europeia e à missão da OTAN [NATO] – espionagem política – identifica-se também como ameaça a espionagem económica e científica”, lê-se no RASI de 2019.

ATAQUES CONTRA O ESTADO

O mais recente relatório alerta para “um aumento de espionagem, através de ameaças persistentes, tecnologicamente avançadas, de origem estatal, direcionados a importantes centros de informação do Estado [português]. Uma das consequências da sofisticação prende-se com a crescente dificuldade em destrinçar ataques informáticos para efeitos de cri-

mes económicos ou de crimes de sabotagem, dirigidos a empresas e grupos de empresas com relevância no tecido empresarial nacional”, revela o RASI de 2020.

Segundo especialistas em cibersegurança, o ataque à Vodafone veio reforçar a convicção de que Portugal está a ser alvo de um ataque organizado por estrangeiros. “Pode-se enquadrar este ataque num contexto geoestratégico. Portugal é um país da NATO e pode haver quem queira testar as nossas fragilidades internas, neste contexto de ciberguerra”, disse ao JN José Tribolet, professor catedrático de sistemas de informação.

Ontem à noite, o diretor da Unidade de Combate ao Crime Informático da PJ disse que a investigação ainda está a recolher informação para perceber o que motivou o ataque e para ajudar a Vodafone na reposição dos serviços. ●

IDENTIDADE

Do “tou, xim” até aos 4,7 milhões de clientes

No princípio, em 1992, chamava-se Telecel e notabilizou-se pelo anúncio do pastor do “tou, xim”. Em 2001, passou a ser Vodafone Portugal, hoje com 4,7 milhões de clientes na rede móvel e uma quota de mercado de 29,8% nos serviços móveis, ocupando o segundo lugar nesse segmento, de acordo com dados da Autoridade Nacional das Comunicações, relativos ao terceiro trimestre de 2021. De outubro a dezembro, registou em Portugal 270 milhões de euros em receitas, mais 9,3% face a igual período de 2020. O grupo Vodafone tem origens no Reino Unido, em meados dos anos 80, e está agora em 21 países, com 300 milhões de clientes. Emprega 105 mil pessoas. TC.



O que deixou de funcionar?

CLIENTES
Serviços

Os clientes da operadora deixaram de conseguir realizar chamadas, mandar mensagens de texto e aceder à Internet. O serviço de televisão também falhou.

Bombeiros
Chamadas

Algumas corporações confirmam ter sido atingidas pelo ataque, uma vez que as centrais operam com a Vodafone. As emergências e o socorro foram resolvidas através do SIRESP ou de redes próprias.

MULTIBANCO
Indisponível

Os ATM do Multibanco estiveram indisponíveis antontem à noite. A SIBS, empresa que opera a rede Multibanco, é cliente da Vodafone.

INEM
Comunicações

O instituto diz ter registado "constrangimentos (...) na rede Vodafone no acionamento de meios de emergência". Tendo também recorrido ao SIRESP e outros "sistemas redundantes".

IPMA

Dados

O Instituto de Meteorologia não conseguiu fornecer ontem dados em tempo real e acionou planos de contingência. A comunicação telefónica esteve "condicionada".

HOSPITAIS

Contactos

Alguns hospitais como o de Matosinhos e Guimarães não conseguiram enviar convocatórias por SMS ou ter as centrais a funcionar.



Serviços essenciais recorreram a rede do Estado para coordenar socorro

SIRESP garantiu comunicações a bombeiros e INEM

Chamadas de emergência estiveram sempre asseguradas pelo 112

Rita Neves Costa *
rita.n.costa@jn.pt

COORDENAÇÃO O Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) conseguiu assegurar o trabalho dos serviços essenciais, como bombeiros e INEM, face ao ciberataque à operadora Vodafone. Mas houve problemas, por exemplo, nos hospitais.

A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil revelou que "as comunicações operacionais estão a funcionar em pleno, sem quaisquer constrangimentos". As associações de bombeiros podem aceder à rede SIRESP para responder e coordenar situações de emergência ou, em alternativa, usar a Rede Operacional de Bombeiros (ROB).

Também o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) recorreu à rede

do Estado para passar ao lado do ataque informático. "Todas as chamadas de emergência transferidas pelas centrais 112, geridas pela Polícia de Segurança Pública, para os centros de orientação de doentes urgentes (CODU) do INEM sempre estiveram asseguradas a 100%, não se verificando qualquer situação anómala", precisou o instituto.

Tal como os bombeiros, que têm a ROB, também o INEM, as forças de segurança e as Forças Armadas possuem redes de telecomunicações próprias. O INEM confirma ter "ativado o seu plano de contingência, privilegiando o acionamento através da rede SIRESP e recorrendo aos sistemas redundantes de que dispõe em termos de telecomunicações móveis".

No caso dos corpos de bombeiros, as centrais que têm como operadora a Vodafone foram, naturalmente, afetadas. Caso alguém tenha ligado para um número geral de uma corporação, a chamada pode ter ficado por atender. Mas em situação de emergência, como um incêndio em casa, os cidadãos devem ligar para

o 112: a PSP ou a GNR vão reencaminhar o pedido de socorro para um dos centros distritais da Proteção Civil, que depois via rádio comunica com os bombeiros.

António Nunes, presidente da Liga de Bombeiros Portugueses (LBP), admite que algumas chamadas gerais para as corporações podem ter ficado por atender, mas há uma "boa gestão" em casos de urgência, sendo "uma prática generalizada" recorrer a alternativas. Além do SIRESP, o dirigente reconhece ao JN que os bombeiros podem também estar a usar outras operadoras para comunicar.

Os problemas de comunicações também afetaram alguns hospitais, como o de Santo António, no Porto, o Pedro Hispano, em Matosinhos, e o Senhora da Oliveira, em Guimarães.

A rede do Estado para a emergência e a segurança nacionais existe desde 2006, tendo o seu funcionamento sido prolongado até ao fim deste ano. O Governo não renovou o contrato com a Altice e pretende criar uma nova entidade para coordenar as redes de comunicações. ● * COM INÉS SCHRECK

ENTREVISTA

"Ataque à Vodafone foi um ato de guerra"

Bruno Castro
Visionware



Como classifica este ataque informático à Vodafone?

Foi um ato de guerra. Diria que foi feito para pôr em causa os serviços de comunicações em Portugal. Se estivéssemos num país em guerra, era um ato normal, era um ato de guerra para criar caos e dificultar a vida do inimigo. Em Portugal, torna-se surpreendente.

Como foi perpetrado este ataque?

Ainda é cedo para perceber exatamente o que aconteceu, mas os piratas devem ter tido acesso ao "esqueleto", à chamada "rede core" [rede central ou nuclear]. Tal como disse o CEO da Vodafone, isto foi um ataque informático "terrorista e criminoso" feito "com o objetivo de parar toda a rede".

O ataque ainda vai afetar os clientes da Vodafone durante muito tempo?

É difícil dizê-lo, mas seguramente uns dias. Só uma análise permitirá perceber exatamente o que aconteceu, neste tipo de casos. Pode demorar até dez dias ou mais. Por exemplo, parece-me impossível dizer que os dados dos clientes não foram comprometidos tão cedo. Tem de haver uma cuidadosa análise primeiro.

É possível evitar este tipo de ataques?

Todos estamos vulneráveis. Ninguém está a salvo. Mas existem proteções que minimizam os danos e podem ajudar a repor rapidamente os serviços.



↑ Os piratas que perpetraram o ataque não pediram resgate nem terão roubado dados de clientes